

PROCESSAMENTO EM EXECUÇÃO FISCAL

Objetivo Geral

Desempenhar as tarefas relativas ao processamento das execuções fiscais com celeridade e eficiência.

Objetivos Específicos

- Conhecer a legislação sobre a execução fiscal.
- Compreender os papéis do Poder Judiciário e do Ministério Público nas execuções fiscais.
- Conhecer a competência e as atribuições das varas de fazenda pública, bem como reconhecer a competência para julgamento das execuções fiscais.
- Distinguir as diferenças entre as execuções comuns e as execuções fiscais.
- Conhecer as defesas do executado, em especial os embargos e a exceção de pré-executividade.
- Conhecer as formas de garantia do juízo e seus prazos.
- Saber os atos referentes à praça e ao leilão.
- Conhecer os recursos atinentes às execuções fiscais e embargos.
- Saber fiscalizar o correto recolhimento das custas nas execuções fiscais.

Metodologia

Aula expositiva, uso de apostila e explanação de textos legais.

Conteúdo Programático

- Lei, doutrina e jurisprudência - definições
 - Lei de Execuções Fiscais
 - Código de Processo Civil
 - Consolidação Normativa
 - CODJERJ
- Poder Judiciário
 - Instâncias do Poder Judiciário
- As varas de fazenda pública
 - Competências das varas de fazenda pública - da 1ª a 10ª, 13ª e 14ª
 - Competências da 11ª e da 12ª Varas de Fazenda Pública
 - Modelo para divisão de serventia com competência em matéria tributária: contencioso, execuções fiscais, embargos e cartas precatórias
 - As ações que tramitam em cada setor
- A Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, a Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional:
 - Conceitos e funções

- Noções gerais
 - Jurisdição e competência
 - Autos, processo e procedimento
 - Distribuição, tombamento, autuação, cor da capa, numeração, renumeração e termos
 - Carga, vista, remessa
 - Conclusão, conclusão de ordem, chamamento do feito à ordem
 - Informação, certidão e levantamento de dúvidas
 - Juntadas, petições, mandados e ofícios
 - Restauração de autos
 - Prazos
 - Particularidades das execuções fiscais
 - Procuração e o substabelecimento
 - Publicação
 - Citação e intimação
 - Responsabilidade solidária e subsidiária
- Os processos de conhecimento, execução e cautelar
- O processo de execução
 - Conceito
 - Aplicação subsidiária do CPC nas execuções fiscais
 - Título executivo
 - Dívida ativa
 - Certidão da dívida ativa
 - Execução no CPC
 - Execução na Lei de Execução Fiscal (6830/80)
 - Praça e leilão
 - Decadência, prescrição e prescrição intercorrente na execução fiscal
- Embargos do executado
 - Conceito
 - Penhora e arresto
 - Prazos
 - Formas de garantia do juízo
 - Suspensão da execução fiscal
 - Casos em que ocorre
 - Exceção de pré-executividade
- Recursos
 - Duplo grau obrigatório
 - Embargos de declaração
 - Agravo de instrumento
 - Agravo retido
 - Definição
 - Cabimento nas execuções fiscais
 - Apelação
 - Despacho ordinatório, despacho, decisão interlocutória, sentença e acórdão
 - Trânsito em julgado
 - Embargos infringentes da LEF
 - Diferença para os embargos infringentes do CPC

- Execução por carta
 - Carta precatória, rogatória, de vênias, de ordem
 - Competências
 - Processamento da carta precatória
 - Competência para julgar os embargos de devedor
- Atuação do Ministério Público nas execuções fiscais
- Custas e taxa judiciária na execução fiscal, nos embargos de devedor e nas cartas precatórias
 - Fundo Especial
 - Preenchimento de GRERJ
 - Não recolhimento de custas e taxa judiciária e inscrição em dívida ativa
 - Apostilamento e devolução de custas e taxa judiciária junto ao Fundo Especial
- Análise criteriosa da Lei 6.830/80

Carga horária: 20 horas

<p>Atualização: 29/09/2009 Revisão: 03 Total de páginas: 03</p>
--